



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

**CONTRATO SIMPLIFICADO DE CREDENCIAMENTO**  
**Nº. 72/2020**

*Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe/Fundo Estadual de Saúde e o Hospital Renascença, para prestação de serviços de saúde de forma complementar ao Sistema Único de Saúde em Sergipe- SUS/SE*

A **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – SES/SE**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.798/001-01, situados na Av. Augusto Franco, Bairro Ponto Novo, nº 3.150, CEP 49.047-040, CEP nº 49.010-520, representados pela Secretária de Estado da Saúde, Sra. Mércia Simone Feitosa de Souza, portadora do CPF nº 534.404.555-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e o **HOSPITAL RENASCENÇA S/A em recuperação judicial**, estabelecida na Avenida Gonçalo Rolemberg Leite, nº 1490 – Bairro Suissa, CEP: 49.050-370, na cidade de Aracaju/SE inscrita no CPF/CNPJ com o nº 13.175.690/0001-61, para o ato legalmente representado, na forma de seu estatuto, pelo Sr. Tadeu Henrique Vasconcelos de Matos, brasileiro, maior, capaz, inscrito no CPF com o nº 517.591.955-53 doravante denominado **CONTRATADO**, Respaldando-se no Decreto Estadual nº 40.568 de 31 de março de 2020; e tendo em vista o que dispõem artigos 196, 197, 198 e 199 § 1º da CF; os artigos 24 e 25 da Lei 8.080/90, na forma estabelecida pela Portaria SES 63/2020 e Resolução CIE nº

*Augusto*  
*Jorge*  
*Paulo*  
*1*



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

36/2020 firmam o presente Contrato, cuja licitação foi considerada inexigível nos termos do Artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666/93, (Inexigibilidade de Licitação nº 13/2020 homologada em 27/05/2020), e que se regerá mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Fundamento Legal do Contrato.**

O presente contrato tem como fundamento legal artigos nos artigos 196, 197, 198 e 199 § 1º da CF; os artigos 24 e 25 da Lei 8.080/90, artigo 100 e seguintes da Lei 6.345/08, Decreto Estadual n 40.568 de 31 de março de 2020, Portaria SES 63/2020 e Resolução CIE nº 36/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA- Do Conteúdo do Contrato**

O Conteúdo deste termo é o estabelecimento, às partes contratantes, das condições e obrigações recíprocas; a definição do objeto da contratação; dos direitos e deveres das partes; do prazo contratual, cronograma e forma de pagamento, definição da legislação aplicável, do foro de eleição e a definição das cláusulas obrigatórias aos contratos Administrativos.

**CLÁUSULA TERCEIRA- Do Objeto**

O Objeto deste contrato é a inserção do CONTRATADO no Cadastro Estadual de Prestadores Privados de Serviços de Saúde para tratamento de pacientes comprovadamente acometidos de covid-19 em leitos.

**Leitos:**

20 (vinte) leitos de Terapia Intensiva para Adultos (UTI-A)

04 (quatro) leitos Clínicos de Retaguarda Pós – UTI.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

**Subcláusula primeira** – Os serviços serão prestados diretamente ao usuário do SUS mediante referenciamento pelo SIGAU.

**Subcláusula segunda** - O CONTRATADO deverá possuir e utilizar à sua conta e risco tudo o que for indispensável para o adequado atendimento dos serviços a cuja prestação ora se credencia, prestando ao paciente, dentro do escopo contratado, seu atendimento integral.

**CLÁUSULA QUARTA - Da execução dos serviços.**

Os serviços ofertados serão executados pelo prestador CONTRATADO no(s) seguinte(s) endereço(s):

**HOSPITAL RENASCENÇA**

Avenida Gonçalo Rolemberg Leite, nº 1490 – Bairro Suissa, CEP: 49.050-370, na cidade de Aracaju/SE.

**CLÁUSULA QUINTA – Normas gerais.**

**I** – É expressamente proibida a cobrança de qualquer quantia, sob qualquer título, dos serviços prestados ao paciente, nos limites da cobertura deste contrato, sob pena de rescisão, sem prejuízo à aplicação das demais penalidades previstas e da responsabilização civil e criminal.

**II** – É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a remuneração do pessoal para execução do objeto deste contrato, aí incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

**III** - Encerradas as limitações impostas pela pandemia, a SES executará auditoria específica em relação aos atendimentos pagos pelo Estado em função desta Portaria;

**IV** – A assinatura deste contrato pressupõe a aquiescência integral aos Termos da Portaria SES 63/2020.

**CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações do Contratado.**

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO obriga-se a oferecer todo o recurso necessário ao atendimento em ambiente de internação hospitalar a pacientes comprovadamente acometidos pelo vírus COVID-19 oriundos da rede pública de saúde e por ela referenciados segundo as regras de regulação do Complexo Regulatório do Estado de Sergipe.

**Subcláusula única** – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

1. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o seu arquivo médico;
2. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
3. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
4. Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS;
5. Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quanto da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

6. Dar destino adequado ao lixo hospitalar, resíduos biológicos ou radioativos conforme normas da Vigilância Sanitária;
7. Submeter-se à utilização do Sistema Cartão Nacional de Saúde e a prestar informações aos gestores do SUS;
8. Abster-se de recusar ou dificultar o atendimento de qualquer procedimento específico;
9. Atender de imediato as determinações do Sistema de Auditoria, Controle, Avaliação e Regulação da CONTRATANTE;
10. Abster-se de atentar contra o gerenciamento do SUS, utilizando-se de práticas desleais.
11. Cumprir as regras da Portaria SES 63/2020 e os Protocolos e Orientações emanados do SIGAU - Complexo Regulatório Estadual;
12. Cumprir as determinações das Vigilâncias Estadual e Municipal.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Das responsabilidades do CONTRATADO.**

O CONTRATADO é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

**Subcláusula primeira** – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

**Subcláusula segunda** – A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeito relativos à prestação de serviços nos termos do art. 14, da Lei 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA OITAVA – Do preço e forma de remuneração.**

A remuneração dos serviços ora contratados dar-se-á da seguinte forma:

**I** - O pagamento pelos serviços será realizado por leito/dia **pactuados na Deliberação CIE N° 36/2010** no limite estimado abaixo descrito:

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR DIÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (60 DIAS)
Leitos de UTI para adultos (UTI-A)	20	R\$ 90.000,00	R\$ 5.400.000,00
Leitos Clínicos de Retaguarda Pós - UTI	4	R\$ 6.000,00	R\$ 360.000,00
<b>Valor Total Estimado:</b>			<b>R\$ 5.760.000,00</b>

**II** – O Valor total estimado do contrato ficará em R\$ 5.760.000,00 (Cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais), que serão pagos mediante utilização ou disponibilização dos leitos alocados durante os 60 dias (sessenta dias) da vigência contratual.

**Subcláusula primeira** – Os pagamentos serão realizados mensalmente, de acordo com a disponibilização/utilização dos leitos, segundo informação a ser prestada pelo Sistema Interfederativo de Garantia de Acesso Universal-SIGAU - Complexo Regulatório Estadual.

*Assinado por: [assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

**Subcláusula segunda** – Por leito disponibilizado e cadastrado no SIGAU Complexo Regulatório Estadual, a Secretaria de Estado da Saúde adiantará a cada unidade, o pagamento de 10 diárias de disponibilização (valores do artigo 5º) que serão abatidos quando os leitos disponibilizados forem efetivamente disponibilizados, na razão de 10% sobre o faturamento mensal.

**Subcláusula terceira** – Caso haja necessidade, o Secretário de Estado da Saúde poderá autorizar a antecipação dos valores previstos na subcláusula anterior, mediante o compromisso da unidade em disponibilizar o leito ao Estado num prazo máximo de 8 dias.

**Subcláusula quarta** – Havendo necessidade sanitária, a Secretaria de Estado da Saúde poderá remunerar, nos moldes acima descritos e nos locais e unidades por ela designados, leitos clínicos e de UTI da rede credenciada para serem utilizados no acolhimento de pacientes com suspeita de acometimento por COVID19.

**Subcláusula quinta** – As eventuais modificações nos valores dos serviços contratados, adotados pelo Colegiado Interfederativo Estadual e justificativa de preço de mercado serão aplicados neste contrato mediante simples apostilamento firmado pelas partes.

**CLÁUSULA NONA – Dos recursos orçamentários.**

As despesas decorrentes deste credenciamento correrão à conta das fontes 20.000.20.401.10.302.0006-1363.3.3.90.00.0214 (Recursos federais) e 20.000.20.401.10.302.0006-1363.3.3.90.00.0102 (Recursos estaduais), em montantes estimados, respectivamente, em R\$ 1.992.000,00 e R\$ 3.768.000,00, perfazendo um total de R\$ 5.760.000,00.

Os leitos de UTI serão financiados da seguinte forma:

*André* *Paulo* *Cláudio*  
7



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

DESCRIÇÃO DO FINANCIAMENTO Leitos de UTI para adultos (UTI-A)	QUANT.	DIAS	VALOR DIÁRIO ESTIMADO DE UM LEITO	VALOR TOTAL ESTIMADO (quant. x dias x valor diário)
Recursos federais	20	60	R\$ 1.600,00	<b>R\$ 1.920.000,00</b>
Recursos estaduais	20	60	R\$ 2.900,00	<b>R\$ 3.480.000,00</b>
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.500,00</b>	<b>R\$ 5.400.000,00</b>

Por sua vez, os **leitos de enfermaria** serão financiados de acordo com o seguinte detalhamento:

DESCRIÇÃO DO FINANCIAMENTO Leitos Clínicos de Retaguarda Pós - UTI	QUANT.	DIAS	VALOR DIÁRIO ESTIMADO DE UM LEITO	VALOR TOTAL ESTIMADO (quant. x dias x valor diário)
Recursos federais	4	60	R\$ 300,00	<b>R\$ 72.000,00</b>
Recursos estaduais	4	60	R\$ 1.200,00	<b>R\$ 288.000,00</b>
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>	<b>R\$ 360.000,00</b>

**CLÁUSULA DÉCIMA - Do controle, avaliação, vistoria e fiscalização.**

A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS/SE (SES/DAIS), mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

neste contrato e quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

**Subcláusula primeira** – As partes acordam a possibilidade de realização de auditoria especializada.

**Subcláusula segunda** – A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, perante os pacientes ou perante terceiros.

**Subcláusula terceira** – O CONTRATO facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados para tal fim.

**Subcláusula quarta** – Encerradas as limitações impostas pela pandemia, a SES executará auditoria específica em relação aos atendimentos pagos pelo Estado em função desta Portaria.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das penalidades.**

A inobservância pelo CONTRATADO de cláusulas ou obrigação deste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente autorizará o CONTRATANTE a aplicar, em cada caso, cumuladas ou não, as seguintes penalidades contratuais:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato;
- c) Suspensão temporária do contrato por até 2 meses;



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

- d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

**Subcláusula primeira** – A penalidade de advertência só será aplicada para o caso de inobservância dos itens 1, 4, 5, 6 e 7 da subcláusula única da cláusula sexta, em não havendo reincidência.

**Subcláusula segunda** – Para o caso de inobservância dos itens 3, 9, e 10 do parágrafo único da cláusula sexta, não poderá ser cumulada à pena de multa outra penalidade.

**Subcláusula terceira** – Para a infração das demais condições estabelecidas neste Contrato ou às normas que regulam o credenciamento, as penalidades poderão ser cumuladas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da aplicação das penalidades.**

Para a aplicação das penalidades, lavrar-se-á:

**I - Termo Simplificado:**

- a) Para o caso de alegação de inobservância dos itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, do parágrafo único da cláusula sexta deste contrato;
- b) Para o caso de alegação de quaisquer outras infrações que demandem rápida apuração e resposta.

**II - Processo Administrativo:**

- a) Nos demais casos



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

**Subcláusula primeira** – Facultar-se-á ao CONTRATADO o seu direito de defesa, que deverá ser exercido nos seguintes prazos:

I - Peremptoriamente em 96 (noventa e seis) horas no Termo Simplificado;

II - Em 10 (dez) dias úteis no Processo Administrativo.

**Subcláusula segunda** – Aplicada a penalidade de multa, esta será descontada na fatura a pagar do CONTRATADO.

**Subcláusula terceira** – A contagem dos prazos se inicia com a cientificação do CONTRATADO.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da rescisão.**

Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas contratualmente.

**Subcláusula primeira** – O CONTRATADO reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Dos recursos e dos prazos recursais.**

Cabe recurso administrativo:

I- Peremptoriamente em 96 (noventa e seis) horas para o caso de aplicação de penalidade de multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II- Em 5 (cinco) dias úteis para o caso de aplicação de penalidade de multa em valor superior a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III- Em 10 (dez dias úteis) para o caso de aplicação de outras penalidades.

*Amado* . *Paulo* *João*



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

**Subcláusula primeira** – A contagem dos prazos inicia-se com a cientificação do CONTRATADO.

**Subcláusula segunda** – Os recursos Administrativos relativos a este contrato possuem efeito suspensivo.

**Subcláusula terceira** – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da vigência do Contrato.**

Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura e vigora por **60 dias (sessenta dias) podendo ser renovado ou prorrogado** por acordo entre as partes por qualquer período.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Das alterações.**

Este contrato poderá ser alterado nos casos legais e contratuais previstos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Legislação aplicável.**

Aplicam-se a este contrato os Princípios e as normas do Direito Administrativo, e subsidiariamente, no que não contrariá-los, as disposições da Lei Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da publicação.**

O presente contrato será publicado, por extrato, na Imprensa Oficial do Estado de Sergipe.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do foro.**

*[Handwritten signatures and initials]*

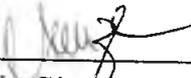


**GOVERNO DE SERGIPE**  
**REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

As partes elegem o Foro da Comarca de Aracaju/Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em três (3) vias de igual teor e forma para único efeito, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Aracaju/Se, 27 de maio de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
Mércia Simone Feitosa de Souza  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

  
\_\_\_\_\_  
Tadeu Henrique Vasconcelos de Matos  
Representante HOSPITAL RENASCENÇA S/A em recuperação judicial

Testemunhas:

1 -  CPF: 888237175-15

2 -  CPF: 966252445-20